



LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 02/06/2025

ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO

Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.

Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

## PROJETO DE LEI Nº 22, DE 04 DE JUNHO DE 2025

**INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO À  
AMAMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CONSULTORIA  
DOMICILIAR ESPECIALIZADA E DAS OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Rio Largo, APROVA:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Apoio à Amamentação através de Consultoria Domiciliar Especializada (PAACE), com a finalidade de oferecer suporte técnico e assistência especializada às mães lactantes, visando prevenir a interrupção da amamentação por dores, lesões e outras dificuldades, evitando assim a substituição por fórmulas ou leite industrializado.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I - amamentação: processo pelo qual a criança recebe leite materno diretamente da mama ou extraído;

II - consultoria em amamentação: atendimento especializado realizado por profissional capacitado, visando orientar, prevenir e solucionar problemas relacionados à amamentação;

III - visita domiciliar: atendimento realizado na residência da mãe lactante, mediante solicitação;

IV - tecnologias de suporte à amamentação: conjunto de técnicas, procedimentos e equipamentos utilizados para prevenção e tratamento de problemas relacionados à amamentação, incluindo laser de baixa potência e outros recursos terapêuticos;

V - resguardo puerperal: período pós-parto de aproximadamente 40 dias, durante o qual a mulher passa por recuperação física e adaptações fisiológicas, necessitando de cuidados especiais e repouso.

**Art. 3º** São princípios do Programa de Apoio à Amamentação através de Consultoria Domiciliar Especializada:

I - respeito à autonomia e dignidade da mulher;

II - atendimento sob demanda, conforme necessidade da mãe lactante;

III - acesso universal e equitativo aos serviços;

IV - utilização de tecnologias baseadas em evidências científicas;



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

V - humanização do cuidado.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 4º** São objetivos do Programa de Apoio à Amamentação através de Consultoria Domiciliar Especializada:

- I - oferecer consultoria especializada às mães lactantes, mediante solicitação;
- II - prevenir e tratar dores, lesões e outras dificuldades relacionadas à amamentação;
- III - reduzir a interrupção precoce da amamentação e a consequente substituição por fórmulas ou leite industrializado;
- IV - promover o uso de tecnologias como laser de baixa potência e outros recursos para minimizar dores e lesões na mama;
- V - capacitar profissionais de enfermagem para o manejo adequado da amamentação;
- VI - garantir atendimento domiciliar às mães lactantes que solicitarem o serviço, especialmente durante o período de resguardo puerperal.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 5º** O Programa de Apoio à Amamentação através de Consultoria Domiciliar Especializada será executado no âmbito da rede municipal de saúde, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 6º** O Programa contará obrigatoriamente com uma Enfermeira Obstétrica Coordenadora, responsável por:

- I - coordenar o Programa em âmbito municipal;
- II - desenvolver e implementar protocolos de atendimento;
- III - capacitar as enfermeiras e técnicas de enfermagem que atuarão no Programa;
- IV - supervisionar os atendimentos realizados pela equipe;
- V - realizar visitas domiciliares em casos complexos;
- VI - avaliar periodicamente a qualidade do serviço prestado;
- VII - elaborar relatórios técnicos sobre o Programa;
- VIII - promover a educação continuada da equipe;
- IX - articular o Programa com outros serviços da rede de saúde.



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

**Art. 7º** Cada unidade de saúde do município deverá disponibilizar, no mínimo, uma profissional do sexo feminino, devidamente capacitada, para executar as atividades do Programa.

Parágrafo único. A profissional designada deverá ser enfermeira ou técnica de enfermagem com capacitação específica em manejo clínico da amamentação e uso de tecnologias para tratamento de lesões mamárias, sendo esta capacitação ministrada pela Enfermeira Obstétrica Coordenadora do Programa.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Saúde deverá garantir a capacitação das profissionais designadas para o Programa, sob responsabilidade da Enfermeira Obstétrica Coordenadora, abrangendo:

- I - anatomia e fisiologia da lactação;
- II - técnicas de amamentação e pega correta;
- III - identificação e manejo de problemas comuns;
- IV - aplicação de laser e outras tecnologias para tratamento de lesões mamárias;
- V - aconselhamento em amamentação;
- VI - protocolos de atendimento domiciliar;
- VII - particularidades do atendimento durante o resguardo puerperal;
- VIII - limites legais de atuação conforme a formação profissional.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DAS ATRIBUIÇÕES E LIMITES DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

**Art. 9º** As enfermeiras que atuarem no Programa poderão:

- I - realizar avaliação clínica completa da díade mãe-bebê;
- II - prescrever condutas clínicas dentro de sua competência legal;
- III - aplicar tecnologias como laser de baixa potência e outros recursos terapêuticos;
- IV - supervisionar o trabalho das técnicas de enfermagem;
- V - realizar atendimentos de maior complexidade;
- VI - encaminhar para outros profissionais de saúde quando necessário.

**Art. 10.** As técnicas de enfermagem que atuarem no Programa poderão:

- I - apoiar, orientar e acompanhar mães lactantes durante as visitas domiciliares;



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

II - aplicar técnicas de manejo da amamentação, sob supervisão da Enfermeira Obstétrica Coordenadora ou de enfermeira capacitada;

III - realizar ações educativas em saúde sobre aleitamento materno;

IV - auxiliar na aplicação de tecnologias para tratamento de lesões mamárias, sob supervisão;

V - realizar visitas de acompanhamento em casos já avaliados por enfermeira;

VI - registrar informações nos formulários padronizados do Programa.

**Art. 11.** São vedadas às técnicas de enfermagem que atuem no Programa:

I - prescrever condutas clínicas ou medicamentos;

II - atuar de forma autônoma em casos que exigem diagnóstico ou intervenção de enfermeira ou médico;

III - realizar primeira visita sem acompanhamento de enfermeira;

IV - aplicar tecnologias como laser de baixa potência sem supervisão;

V - utilizar títulos como "Consultor Internacional em Lactação" ou outros que exijam formação superior;

VI - realizar atendimentos de alta complexidade.

Parágrafo único. Todos os atendimentos realizados por técnicas de enfermagem deverão ser supervisionados pela Enfermeira Obstétrica Coordenadora ou por enfermeira capacitada designada para o Programa, que será responsável pela avaliação dos casos e definição do plano de cuidados.

## CAPÍTULO V

### DO ATENDIMENTO DOMICILIAR

**Art. 12.** O atendimento domiciliar será realizado mediante solicitação da mãe lactante, através dos seguintes canais:

I - contato direto com a unidade de saúde;

II - encaminhamento por profissionais da maternidade;

III - linha telefônica dedicada;

IV - outros meios disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 13.** O atendimento domiciliar deverá ser realizado:

I - em até 24 (vinte e quatro) horas para casos urgentes, caracterizados por dor intensa, lesões graves ou risco iminente de desmame;



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

II - em até 72 (setenta e duas) horas para os demais casos.

**Art. 14.** Durante o atendimento domiciliar, a profissional deverá:

I - avaliar a técnica de amamentação;

II - identificar problemas existentes;

III - oferecer orientações específicas;

IV - aplicar tecnologias como laser de baixa potência e outros recursos, quando necessário e dentro dos limites de sua competência profissional;

V - registrar as informações em formulário próprio;

VI - orientar a mãe sobre como proceder em caso de novas dificuldades.

**Art. 15.** O atendimento domiciliar será realizado conforme a necessidade da mãe lactante, não sendo obrigatório o acompanhamento contínuo durante todo o período de amamentação.

Parágrafo único. A mãe poderá solicitar novos atendimentos sempre que necessário, durante todo o período de amamentação.

## CAPÍTULO VI

### DAS TECNOLOGIAS DE SUPORTE À AMAMENTAÇÃO

**Art. 16.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá disponibilizar às profissionais do Programa os equipamentos necessários para o atendimento domiciliar, incluindo:

I - aparelho de laser de baixa potência para tratamento de lesões mamárias;

II - kit de modelos anatômicos para demonstração de técnicas;

III - balança portátil para pesagem do bebê;

IV - material educativo impresso e digital;

V - formulários de avaliação e acompanhamento.

**Art. 17.** A aplicação de laser e outras tecnologias para minimizar dores e lesões na mama deverá ser realizada exclusivamente por profissionais devidamente capacitados, seguindo protocolos baseados em evidências científicas.

§ 1º A aplicação de laser de baixa potência por técnicas de enfermagem somente poderá ser realizada após capacitação específica e sob supervisão de enfermeira.

§ 2º A Enfermeira Obstétrica Coordenadora deverá estabelecer protocolos claros para aplicação de tecnologias, definindo os casos em que a técnica de enfermagem poderá



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

realizar o procedimento sob supervisão e os casos que exigem intervenção direta da enfermeira.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO FINANCIAMENTO**

**Art. 18.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 19.** O Poder Executivo poderá buscar parcerias com instituições públicas e privadas para a implementação e manutenção do Programa.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**Art. 20.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa, incluindo:

- I - registro dos atendimentos realizados;
- II - tempo médio entre solicitação e atendimento;
- III - taxa de resolução dos problemas identificados;
- IV - percentual de mães que mantiveram a amamentação após a intervenção;
- V - nível de satisfação das mães atendidas.

**Art. 21.** A Enfermeira Obstétrica Coordenadora deverá apresentar relatório trimestral sobre a execução do Programa à Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 22.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá apresentar relatório anual sobre a execução do Programa ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara Municipal.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2025

**Luzardo de Araújo Lisboa Neto**

Vereador-PDT





ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 22/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que visa instituir o Programa de Apoio à Amamentação através de Consultoria Domiciliar Especializada em nosso município.

A amamentação é reconhecida mundialmente como a forma ideal de alimentação infantil, com benefícios extensos e bem documentados para a saúde da criança, da mãe, para a família e para a sociedade como um todo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde recomendam o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida e complementado por outros alimentos até os dois anos ou mais.

Apesar dos esforços para promover a amamentação, muitas mães enfrentam dificuldades que levam à interrupção precoce e à consequente substituição por fórmulas ou leite industrializado. Entre os principais fatores que contribuem para essa interrupção estão as dores e lesões mamárias, que poderiam ser prevenidas ou tratadas com orientação adequada e uso de tecnologias apropriadas.

### **O Desafio do Resguardo Puerperal e a Necessidade do Atendimento Domiciliar**

Um aspecto fundamental que justifica este projeto é a realidade do resguardo puerperal, período de aproximadamente 40 dias após o parto, durante o qual a mulher passa por intensas transformações físicas e emocionais. Neste período crítico, que coincide justamente com o estabelecimento da amamentação, é completamente inviável que a mãe se desloque até uma unidade de saúde para obter consultoria especializada, por diversos motivos:



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

**1. Recuperação física pós-parto:** Seja após parto normal (com possíveis lacerações perineais) ou cesariana (com recuperação de uma cirurgia abdominal), a mulher necessita de repouso e enfrenta desconfortos que dificultam sua locomoção.

**2. Fragilidade do recém-nascido:** Expor o bebê recém-nascido a ambientes externos e coletivos, como unidades de saúde, representa risco desnecessário à sua saúde ainda vulnerável.

**3. Demandas constantes de amamentação:** Recém-nascidos mamam em intervalos imprevisíveis e frequentes (a cada 1-3 horas), tornando extremamente difícil o planejamento de deslocamentos.

**4. Privação de sono e fadiga materna:** A adaptação ao ritmo do bebê frequentemente resulta em privação de sono e exaustão, comprometendo a capacidade da mãe de se deslocar com segurança.

**5. Complexidade logística:** O deslocamento com um recém-nascido exige preparação considerável (fraldas, trocas de roupa, adaptação a condições climáticas) e muitas vezes depende de transporte público inadequado ou auxílio de terceiros.

**6. Urgência das intercorrências:** Problemas como fissuras, ingurgitamento mamário e mastite surgem rapidamente e requerem intervenção imediata para evitar o desmame, não podendo aguardar a organização de um deslocamento.

Diante dessas circunstâncias, fica evidente que exigir o deslocamento da mãe durante o resguardo para receber orientação sobre amamentação é não apenas impraticável, mas também contraproducente, podendo agravar problemas existentes e precipitar o abandono da amamentação.

### **A Importância da Enfermeira Obstétrica na Coordenação do Programa**

A inclusão de uma Enfermeira Obstétrica como coordenadora do programa é essencial para garantir a qualidade técnica e a efetividade das intervenções. Esta profissional





ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

possui formação especializada que combina conhecimentos aprofundados em obstetrícia com expertise em cuidados materno-infantis, sendo a mais indicada para:

- 1.Desenvolver protocolos baseados em evidências: A formação especializada permite a elaboração de protocolos de atendimento atualizados e cientificamente embasados.
- 2.Capacitar adequadamente a equipe: A enfermeira obstétrica possui conhecimentos pedagógicos e técnicos para formar as demais profissionais que atuarão no programa.
- 3.Manejar casos complexos: Sua formação permite identificar e intervir em situações que exigem conhecimento especializado, como amamentação de bebês prematuros ou com necessidades especiais.
- 4.Articular com outros serviços: A visão ampliada da rede de atenção à saúde da mulher facilita a integração do programa com outros serviços essenciais.
- 5.Garantir a segurança das intervenções: A aplicação de tecnologias como laser requer supervisão qualificada para evitar complicações e maximizar resultados.

#### **Atuação dos Técnicos de Enfermagem no Programa**

O projeto prevê a participação de técnicos de enfermagem na equipe, respeitando os limites legais de sua atuação profissional. Esta inclusão é importante para ampliar o alcance do programa, permitindo que mais mães sejam atendidas, especialmente em casos de menor complexidade e no acompanhamento de situações já estabilizadas.

Os técnicos de enfermagem podem contribuir significativamente para o sucesso do programa, realizando atividades como apoio e orientação às mães lactantes, aplicação de técnicas de manejo da amamentação sob supervisão, e ações educativas em saúde. No entanto, é fundamental estabelecer claramente os limites desta atuação, garantindo que estes profissionais atuem dentro de suas competências legais e sempre sob supervisão adequada.



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

A definição clara das atribuições e limitações dos técnicos de enfermagem no texto da lei visa garantir a segurança das mães e bebês atendidos, bem como proporcionar segurança jurídica para os profissionais que atuarão no programa.

### **Fundamentação do Projeto de Lei**

Este projeto de lei propõe a criação de um programa inovador, baseado em três pilares fundamentais:

**1.Consultoria especializada:** Oferecimento de orientações técnicas por profissionais capacitados, visando prevenir e solucionar problemas relacionados à amamentação.

**2.Atendimento domiciliar sob demanda:** Realização de visitas na residência da mãe lactante, mediante solicitação, garantindo atendimento em momento oportuno e no ambiente onde a amamentação efetivamente ocorre, respeitando as limitações impostas pelo resguardo puerperal.

**3.Uso de tecnologias:** Aplicação de laser de baixa potência e outros recursos terapêuticos para minimizar dores e tratar lesões mamárias, baseado em evidências científicas, levando ao domicílio tecnologias que normalmente só estariam disponíveis em unidades de saúde.

A proposta se diferencia de outros programas por seu caráter sob demanda, respeitando a autonomia da mãe em solicitar o atendimento quando julgar necessário, sem impor acompanhamento contínuo durante todo o período de amamentação, e principalmente por reconhecer a inviabilidade do deslocamento materno durante o resguardo.

### **Impactos Esperados**

A implementação deste programa trará benefícios significativos para a saúde pública municipal, incluindo:

**1.Redução do desmame precoce:** Ao oferecer suporte técnico e tratamento adequado para dores e lesões diretamente no domicílio, espera-se aumentar o tempo de amamentação exclusiva e complementada.



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

**2.Economia para o sistema de saúde:** A amamentação prolongada reduz a incidência de doenças na criança e na mãe, diminuindo gastos com consultas, medicamentos e internações.

**3.Empoderamento materno:** O suporte adequado no próprio ambiente doméstico fortalece a confiança da mãe em sua capacidade de amamentar, contribuindo para sua autonomia e bem-estar.

**4.Melhoria dos indicadores de saúde infantil:** A amamentação está associada a melhores indicadores de desenvolvimento e saúde na infância e ao longo da vida.

**5.Humanização do cuidado:** O atendimento domiciliar durante o resguardo demonstra respeito às necessidades específicas da díade mãe-bebê neste período vulnerável.

**6.Qualificação do cuidado:** A coordenação por enfermeira obstétrica garante a qualidade técnica das intervenções e a adequada capacitação da equipe.

#### **Viabilidade do Projeto de Lei**

A proposta é viável do ponto de vista técnico e financeiro, pois:

**1.Utiliza a estrutura existente:** Aproveita a rede de unidades de saúde já estabelecida no município.

**2.Otimiza recursos humanos:** Capacita profissionais que já atuam na rede municipal.

**3.Foca em tecnologias acessíveis:** O laser de baixa potência e outros recursos propostos têm custo relativamente baixo em comparação com seus benefícios.

**4.Atendimento sob demanda:** Permite otimizar o uso dos recursos, direcionando-os para os casos que efetivamente necessitam de intervenção.



ESTADO DE ALAGOAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO  
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.  
Fones: 3261-3618 / 3261-1040-Rio Largo/AL

**5.Previne complicações:** O atendimento domiciliar oportuno previne o agravamento de problemas que poderiam resultar em atendimentos de urgência ou internações, gerando economia para o sistema de saúde.

### **Considerações Finais**

Este projeto de lei representa um avanço significativo nas políticas públicas de saúde materno-infantil de nosso município, com potencial para transformar a experiência da amamentação para milhares de mães e bebês.

Ao garantir que cada unidade de saúde disponha de pelo menos uma profissional do sexo feminino capacitada para oferecer consultoria em amamentação e realizar atendimentos domiciliares quando solicitados, e ao estabelecer a coordenação por uma enfermeira obstétrica, estamos assegurando um direito fundamental: o acesso a suporte qualificado para uma amamentação bem-sucedida, respeitando as limitações impostas pelo resguardo puerperal e as necessidades específicas da díade mãe-bebê.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um investimento estratégico na saúde e no futuro das novas gerações de nosso município.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2025

**Luzardo de Araújo Lisboa Neto**

Vereador- PDT



**Câmara Municipal de Rio Largo - AL - Rio Largo - AL**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000312

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12025/06/04000312

<b>Número / Ano</b>	000312/2025
<b>Data / Horário</b>	04/06/2025 - 09:24:00
<b>Ementa</b>	PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N ° 22/2025 INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CONSULTORIA DOMICILIAR ESPECIALIZADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<b>Autor</b>	LUZARDO NETO
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinária Legislativo
<b>Número Páginas</b>	1
<b>Emitido por</b>	Janayna



**Câmara Municipal de Rio Largo - AL**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

[Início](#) [Anexada](#) [Assunto](#) [Autoria](#) [Despacho Inicial](#) [Documento Acessório](#) [Legislação Citada](#) [Numeração](#) [Tramitação](#) [Relatoria](#)

Registro criado com sucesso!



## Tramitações (Projeto de Lei Ordinária Legislativo nº 22 de 2025)

Adicionar Tramitação

Imprimir

Total de Tramitações: 1

Data Tramitação	Unidade Local	Unidade Destino	Status
<a href="#">04/06/2025</a>	Protocolo-Janayna - PTJ	Presidência - PRD	Proposição apresentada ao Plenário para Leitura

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

**Câmara Municipal de Rio Largo - AL**

Rua Euclides Afonso de Melo

CEP: 57100-000 | Telefone: (82) 3261-3618

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

